



Secretaria de Desenvolvimento
e Promoção do Investimento



ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas **APL SETOR AUDIOVISUAL**

Termo de Contrato Nº. 017/2013
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI e DIEESE

JUNHO DE 2014

DIEESE

Tarso Genro

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Mauro Knijnik

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

Ivan De Pellegrin

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

Sérgio Kapron

Diretor

Natanael Mücke

Diretor-adjunto

Luana Collet

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APL

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

José Carlos Mello Mendes

Josias Bervanger Oscar

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto MonclaroMury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Rafael da Silva Sabedra

Bárbara Biolchi.

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar - Centro - Porto Alegre - RS.

Cep 90.010-050

Contatos: imprensa@sdpi.rs.gov.br - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)

info@agdi.rs.gov.br - + 55 (51) 3079-7000

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Fernando Adura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informações
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul
Patrícia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Anelise Manganelli - Técnica Responsável pelo Projeto
Fernando Murta Ferreira Duca – Técnico do Projeto

Equipe Executora

DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

APRESENTAÇÃO	5
NOTA METODOLÓGICA	6
INTRODUÇÃO	8
1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL	11
1.1. Comportamento do mercado de trabalho formal, uma análise comparativa.....	11
2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO APL AUDIOVISUAL	25
REFERENCIAS.....	29
GLOSSÁRIO.....	30
GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS	31
ANEXOS	35
ANEXO 1.....	36

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas - APL Audiovisual*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato nº. 17/2013 firmado no mês de setembro de 2013.

Este é o terceiro de cinco relatórios de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Audiovisual, sendo assim, a caracterização da estrutura do mercado de trabalho apresentada no primeiro boletim não é replicada aqui. Este boletim está dividido em duas partes centrais, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise Conjuntural do emprego; (2) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL. A saber, além destas duas seções, buscou-se realizar uma análise sobre o desempenho exportador do APL. Contudo, como o APL Audiovisual é um APL de serviços, não há registros de exportações, pois a base de dados de comércio exterior (Aliceweb) se restringe somente a exportações de mercadorias.

A parte 1 inicia traçando um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de dezembro a fevereiro¹, comparando o APL com outros recortes geográficos e com o mesmo período de anos anteriores, que permitam uma análise comparativa do desempenho do APL. Em seguida, realiza-se uma análise específica do comportamento do mercado de trabalho, verificando o desempenho por perfil dos trabalhadores segundo atributos e dos vínculos de emprego, tempo médio de permanência no emprego, saldo por tamanho de estabelecimento, e salário médio.

A parte 2 traz informações sobre os Microempreendedores individuais, e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL. Também é avaliada a participação do APL no total de MEIs do território.

¹ Último mês disponível (com ajustes) durante a elaboração deste relatório.

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário à utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse relatório, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: *“o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais”*².

Para obter esse reconhecimento de APL é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos³, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)⁴ definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Audiovisual estão descritas no Anexo 1 deste relatório.

Em relação ao estudo propriamente dito, cabe destacar que são dois os eixos principais em que ele se organiza: análise do mercado de trabalho formal e análise dos microempreendedores individuais. Todas as análises desenvolvidas neste boletim são de caráter conjuntural, abrangendo três meses (dezembro a fevereiro). Não consta do objetivo deste boletim realizar uma análise estrutural, tal análise é parte integrante do Projeto, e por seu papel estratégico será realizada em Relatório específico⁵.

Para o estudo do mercado de trabalho do APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

² Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

³ Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

⁴ O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APL – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovem o fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

⁵ Trata-se do produto 1.4 qual seja, um Relatório de análise decenal que atende justamente ao anseio de uma análise de estrutura econômica e do emprego mais profunda.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do Caged com as informações de movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro, observou-se que, em geral, metade das declarações do Caged, entregues fora de prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade, a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do Caged - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse relatório, a partir da base do Caged apresentam a data da extração da informação.

Visando propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para anos anteriores. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o Estado, deve entender o Estado como compreendendo as mesmas atividades econômicas do APL de referência, mas apenas os municípios que não fazem parte do APL, o que elimina o viés de comparação. A análise conjuntural pauta-se no período que compreende os meses de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e os meses de janeiro e fevereiro de 2012, 2013 e 2014.

O segundo eixo, que trata dos microempreendedores, conta com os dados extraídos do Portal do Empreendedor que contém as informações relativas a esse tipo de trabalhador - Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2014. Como nesta base não há a possibilidade de se acessar a série histórica, os dados disponibilizados se referem ao acumulado. Portanto, cada uma das tabulações constantes nesse relatório apresenta a data de extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito típico da área de Economia Regional que busca compreender as vantagens advindas da aglomeração geográfica de diversas empresas para sua eficiência e competitividade. A origem do conceito pode ser encontrada na obra do economista inglês Alfred Marshall, na análise dos distritos industriais ingleses (VARGAS, s.d). Marshall foi o primeiro a perceber as vantagens advindas de tal aglomeração, o que denominou de eficiência coletiva. Essa importância da aglomeração de empresas veio a ser resgatada anos depois, sobretudo a partir do ano de 1980, para o desenho de políticas de desenvolvimento local. A partir de então, muito se avançou e diferentes visões sobre as aglomerações produtivas surgiram (VARGAS, s.d).

A mera concentração de empresas com atividades afins em um mesmo espaço geográfico é capaz de gerar ganhos para as empresas chamados de economias de aglomeração. Tais economias de aglomeração têm origem na cooperação, formal e tácita, entre as empresas, e não somente atividades individuais. Com o tempo este fenômeno da aglomeração geográfica de empresas passou a ser mais estudado e ganhou forma sob o conceito de Arranjo Produtivo Local, passando a abranger as mais diversas atividades econômicas. Para este trabalho o conceito adotado de APL se refere: “às aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social” (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Atualmente, os APLs são reconhecidos como um poderoso mecanismo do desenvolvimento regional e diversas esferas de governo possuem políticas públicas voltadas para o fomento deste. No caso do Rio Grande do Sul verifica-se uma longa tradição na criação de arranjos cooperativos, que data do século XIX (AGDI, 2013), com as cooperativas agrícolas. Essa tradição se manteve ao longo de diversos governos e recentemente recebeu um novo estímulo. A política industrial do Estado, composta de vários eixos temáticos e programas de ações, tem o APL como um de seus elementos centrais. O fomento aos APLs do Estado consta como uma das principais ações da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação (um dos eixos da Política Industrial) que o compreende como instrumento prioritário para a promoção do “desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. No âmbito da Política, o desenvolvimento econômico é buscado através do adensamento de cadeias e arranjos produtivos, da cooperação entre empresas, e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado coletivo, da inovação e da cultura

exportadora” (AGDI, 2013, p. 30). Sendo assim, a Política é dividida em dois eixos centrais: o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs) e o Programa de Redes de Cooperação (PRC).

No âmbito do Programa de APLs a empresa é compreendida “a partir de uma perspectiva coletiva e territorial sob a premissa de que os vínculos de cooperação entre instituições dos setores privado, cooperativo, público, de ensino e pesquisa e de organizações sem fins lucrativos potencializam as estratégias singulares de competição e fomentam o desenvolvimento da economia da região” (AGDI, 2013, p. 31). Como pode ser visto, segundo a política, a empresa é o ator principal do APL, origem de todos os intercâmbios e vínculos típicos do arranjo. Com este arcabouço desenvolvido, o programa tem como objetivo principal, através do fomento dos APLs, os programas de desenvolvimento setorial e a política de combate às desigualdades regionais.

O programa tem uma base teórica robusta como fundamento, bem como objetivos audaciosos. A fim de alcançar estes objetivos o programa tem como principal ferramenta a capacitação dos APLs e sua gestão, representada pela governança. Para tanto o governo do Estado estruturou dois fundos de recursos para possibilitar tal organização, que podem ser separados em dois principais: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul (PROREDES BIRD) e Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL). O PROREDES BIRD se insere em um contexto mais amplo do que o aporte de recursos aos APLs, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, de desenvolvimento do setor privado, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes. Na área de desenvolvimento do setor privado que se encaixa o fortalecimento dos APLs, que têm acesso a um aporte inicial de recursos de modo a possibilitar a organização mais rápida possível dos APLs enquadrados no programa. Sendo assim, o objetivo principal dos recursos do PROREDES BIRD para os APLs é a estruturação a governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento e/ou de Marketing dos arranjos. Procura-se, desta forma, estimular a auto-organização de empresas, trabalhadores e instituições em APLs, com governança participativa, coordenação e agenda de ações próprias. Já o FUNDOAPL criado pela Lei 13.840 de 05/12/2012 e regulamentado pelo Decreto 50.562 de 14/08/2014, destina recursos a ações e projetos dos cooperados dos APL que busquem beneficiar um grupo ou conjunto de produtores e empreendimentos da base do Arranjo. Estas ações e projetos vão desde investimentos fixos, capital de giro, tecnologia e agregação de valor à produção por meio da industrialização à disponibilização de serviços técnicos, tecnológicos, de metrologia, de extensão e capacitação. A lista completa de ações englobadas pelo fundo se encontra no Regulamento supracitado. Apesar de contar com recursos

das mais diversas origens, o fundo tem como principal fonte de financiamento aportes das empresas participantes dos APLs. A empresa que aportar recursos ao fundo, receberá crédito fiscal em igual montante aos recursos deste aporte. Este fundo, contudo, ainda não se encontra em execução, apesar de estar com todas suas normas jurídicas já estabelecidas.

Como se percebe a partir da análise acima, as políticas públicas voltadas para os APLs do Estado contemplam as diversas fases do fomento dos Arranjos, explicitando os conceitos e mecanismos que utiliza. Neste íterim que se insere este boletim de análise conjuntural que tem como objetivo oferecer subsídios para o acompanhamento das políticas ao analisar o movimento conjuntural do mercado de trabalho e das exportações do APL, uma vez que as flutuações fornecem boas aproximações do desempenho do mesmo. A compreensão mais apurada da realidade local permite que o gestor público atue de forma a buscar soluções para os desafios encontrados pelo Arranjo, tendo como norte a promoção constante do desenvolvimento local.

1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL

O foco desta seção é tratar dos saldos (admissões subtraídas às demissões) de emprego do período acumulado no trimestre de dezembro a fevereiro. Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados frente aos saldos totais do Rio Grande do Sul e do Brasil (para ambos os casos - exceto os municípios que compõem o APL) para as mesmas atividades econômicas desenvolvidas no Arranjo.

1.1. Comportamento do mercado de trabalho formal, uma análise comparativa

Os números gerais do saldo de empregos formais para os meses de dezembro de 2011, 2012 e 2013 a fevereiro dos anos subsequentes se encontram na Tabela 1. A fim de possibilitar uma avaliação mais geral sobre o desempenho do APL Audiovisual, seus saldos de emprego foram comparados com aqueles do Rio Grande do Sul e do Brasil. Ao se utilizar as mesmas atividades econômicas como comparação, possibilita-se uma análise mais fidedigna do desempenho do APL, pois tais atividades, em certa medida, estão sujeitas aos mesmos efeitos do cenário macroeconômico e de políticas econômicas federais. A exclusão dos municípios do APL, das outras regiões, elimina o viés de comparação na análise.

Os dados mostram que as atividades do APL Audiovisual, para o Brasil, vêm aumentando seu saldo de empregos crescentemente. Entre 2011-2012 e 2012-2013 há um aumento de 61,9% do saldo; já entre 2012-2013 e 2013-2014 o aumento do saldo é de 116,9%. Este desempenho marcadamente positivo contrasta com o desempenho das duas outras regiões presentes na Tabela 1. O Rio Grande do Sul tem trajetória oposta à do país, registrando o melhor saldo da série em 2011-2012 e o pior em 2013-2014, quando se torna negativo. Ainda, interessante notar que da mesma forma que os saldos do Brasil aumentaram a taxas crescentes, no Rio Grande do Sul eles diminuíram também a taxas crescentes. O APL, por sua vez, apresenta a trajetória diferente de ambas regiões. Inicialmente com saldo negativo, o APL passa para um saldo positivo para depois retornar ao negativo no último período, inclusive de maior magnitude que no período inicial. Ou seja, após uma breve recuperação do saldo negativo de 2011-2012 no período seguinte, o APL volta ao saldo negativo, tornando o acumulado desses trimestres marcadamente negativos no se refere a ocupação de novas vagas de trabalho.

TABELA 1
Saldo de empregos formais
Brasil⁽¹⁾, Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Região	2011-2012	2012-2013	2013-2014
APL	-22	4	-48
Rio Grande do Sul	26	22	-39
Brasil	653	1.057	2.293

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 26/05/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

1.2. Comportamento do mercado de trabalho segundo municípios, atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos

O comportamento dos saldos no mercado formal no APL, segundo seus municípios, ratifica a importância de Porto Alegre para o Arranjo, com o maior saldo, tanto negativo quanto em magnitude (-37), do APL. Em relação às demais cidades, Caxias do Sul se destaca pelo saldo positivo, o segundo maior, em magnitude do APL e, o único positivo realmente relevante do período 2013-2014. Cabe ainda notar Canoas, Novo Hamburgo e Pelotas, todas com saldos negativos. Comparando com os períodos anteriores, chama atenção a grande oscilação dos saldos para Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo. Já Caxias do Sul e Pelotas seguem a mesma tendência: aumento dos saldos no caso da primeira, diminuição no caso da segunda. Interessante notar que somente Porto Alegre segue a mesma tendência do APL (Tabela 2).

Comparando com o boletim anterior⁶, com análise dos dados dos meses de setembro a novembro, chama atenção que Canoas e Novo Hamburgo aumentaram significativamente suas participações no saldo total do APL para os meses deste boletim, embora influenciando negativamente o APL, pois registram saldos negativos de -14 e -10 respectivamente. Além do mais, Caxias do Sul e Porto Alegre apresentam desempenho semelhante – utilizando como base de comparação o último período de cada boletim – ao passo que Pelotas apresenta mudança de vulto, já que apresentou saldo de 39 empregos formais no boletim anterior frente ao saldo negativo de -11 no boletim atual. Os demais municípios apresentam saldos pouco significativos. No trimestre imediatamente anterior setembro a novembro haviam sido gerados 48 empregos em contraste com os atuais -48.

⁶ Boletim anterior disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=965>

TABELA 2
Saldo de empregos formais, segundo municípios
APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Município	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Alvorada	4	-1	1
Canoas	4	-22	-14
Caxias do Sul	-2	14	21
Gravataí	-7	2	1
Novo Hamburgo	-23	1	-10
Pelotas	-2	-3	-11
Porto Alegre	7	21	-37
Santa Maria	0	-5	-5
São Leopoldo	-2	-4	2
Viamão	-1	1	4
Total	-22	4	-48

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 26/05/2014
 Elaboração: DIEESE

Em relação aos saldos das atividades econômicas que compõem o APL Audiovisual, o primeiro ponto que chama atenção são os saldos negativos generalizados; somente duas atividades – *Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão* e *Atividades de televisão aberta* – apresentaram saldos positivos, e mesmo assim para ambas o saldo foi igual a um. Já os saldos negativos se concentram em três atividades econômicas: *Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão*, *Atividades de exibição cinematográfica* e *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente* (Tabela 3).

Em relação aos períodos anteriores, chama atenção a grande oscilação dos saldos das três atividades destacadas, devido ao aumento geral dos seus saldos em 2012-2013. Em 2011-2012 os saldos são semelhantes à 2013-2014, à exceção de *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente*. Por último, ainda cabe destacar que *Atividades de televisão aberta* apresenta grande relevância em 2011-2012 e 2012-2013.

Em relação ao boletim anterior, assim como para os municípios, o desempenho das atividades se apresentou bastante diverso. Tal situação era esperada, dado que os saldos totais do APL deste boletim foram substancialmente diferentes dos saldos do boletim anterior. Considerando que há diferenças significativas também entre o primeiro e o segundo boletim, pode-se sugerir que o mercado de trabalho do APL é bastante volátil.

TABELA 3
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas
APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Classe de Atividade Econômica	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	-12	-1	-16
Atividades de Pós-Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	3	-2	-4
Distribuição Cinematográfica, de Vídeo e de Programas de Televisão	2	-1	1
Atividades de Exibição Cinematográfica	-18	-1	-13
Atividades de Gravação de Som e de Edição de Música	3	-1	-3
Atividades de Televisão Aberta	-24	-18	1
Programadoras e Atividades Relacionadas à Televisão por Assinatura	2	4	0
Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	22	24	-14
Total	-22	4	-48

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 26/05/2014
 Elaboração: DIEESE

A fim de melhor compreender a distribuição dos saldos de emprego formal no APL, foi organizada uma tabulação contendo os principais municípios e classes de atividade econômica em termos de concentração dos saldos. Ao invés de selecionar os municípios e as atividades econômicas previamente, decidiu-se por acessar os dados e separar os saldos de maior monta. Sendo assim, para que se tenha uma noção de quanto estas atividades selecionadas representam para cada um dos municípios, se criou uma linha de subtotal, que equivale à soma das atividades representadas nas tabelas. Por último, cabe ressaltar que os municípios de Alvorada, Gravataí, Canoas e Santa Maria não foram incluídos na tabulação pelo fato de que quase a totalidade de seus saldos se concentra em apenas uma atividade. De acordo com a Tabela 4, Porto Alegre é o município que apresenta maior quantidade de atividades com saldo, quatro atividades no total, contudo somente as *Atividades de Televisão aberta* registraram saldo positivo. Na sequência estão Caxias do Sul e Pelotas com três atividades cada. *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente* é a única atividade presente em todos os municípios selecionados, embora apenas em Caxias tenha registrado saldo positivo de emprego. Na sequência *Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão* foi segunda atividade mais representativa.

TABELA 4

**Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas e municípios selecionados
APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014**

Município	Classificação de Atividade Econômica	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Canoas	Atividades de Exibição Cinematográfica	-4	-8	-4
	Programadoras e Atividades Relacionadas à Televisão por Assinatura	3	1	2
	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	5	-15	-12
	Subtotal	4	-22	-14
	Total	4	-22	-14
Caxias do Sul	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	13	2	7
	Atividades de Exibição Cinematográfica	-17	4	-1
	Atividades de Televisão Aberta	-2	1	-6
	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	1	12	22
	Subtotal	-5	19	22
Total	-2	14	21	
Novo Hamburgo	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	0	0	-9
	Atividades de Exibição Cinematográfica	3	0	2
	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	-28	2	-3
	Subtotal	-25	2	-10
	Total	-23	1	-10
Pelotas	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	0	-1	-2
	Atividades de Exibição Cinematográfica	-1	0	-3
	Atividades de Televisão Aberta	-1	2	-4
	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	-3	-6	-2
	Subtotal	-5	-5	-11
Total	-2	-3	-11	
Porto Alegre	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	-22	-5	-9
	Atividades de Pós-Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	-1	-2	-4
	Atividades de Exibição Cinematográfica	2	2	-7
	Atividades de Gravação de Som e de Edição de Música	1	2	-2
	Atividades de Televisão Aberta	-23	-10	11
	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	49	31	-26
	Subtotal	6	18	-37
Total	7	21	-37	
Santa Maria	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	-3	3	-4
	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	2	-5	-1
	Subtotal	-1	-2	-5
Total	0	-5	-5	
São Leopoldo	Atividades de Produção Cinematográfica, de Vídeos e de Programas de Televisão	0	0	1
	Atividades de Exibição Cinematográfica	-1	1	-1
	Atividades de Televisão Aberta	1	-8	0
	Aluguel de Máquinas e Equipamentos não Especificados Anteriormente	1	3	3
	Subtotal	1	-4	3
Total	-2	-4	2	

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 28/05/2014

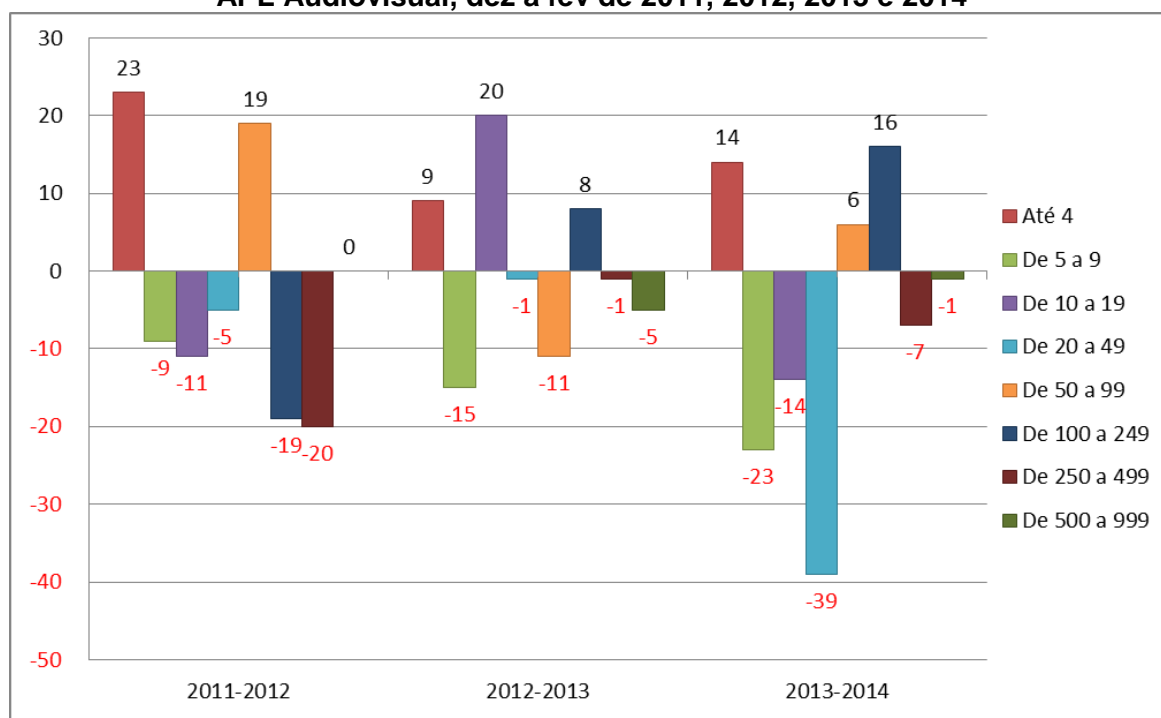
Elaboração: DIEESE

Na análise do desempenho dos saldos segundo tamanho dos estabelecimentos, destacam-se aqueles estabelecimentos com até 4 e com 100 a 249 vínculos, em termos de saldo positivo. Em relação aos saldos negativos, chamam atenção os estabelecimentos com 5 a 9 e 20 a 49 empregados.

Comparando com o mesmo trimestre dos anos anteriores, chama atenção o fato de que há grande variabilidade nos saldos. Somente os estabelecimentos com até 4 empregados mantêm saldo positivo

para todos os períodos; já os estabelecimentos com 5 a 9, 20 a 49 e 250 a 499 empregados apresentam saldos negativos para todos os anos. Em relação aos boletins anteriores, chama atenção o desempenho positivo dos estabelecimentos com até 4 empregados, que também apresentam saldos positivos em todos os períodos da análise.

GRÁFICO 1
Saldo de empregos formais segundo tamanho do estabelecimento⁽¹⁾
APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 26/05/2014

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Tamanho do estabelecimento se refere ao número de vínculos ativos em 31/12.

1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e das vagas

O saldo de vagas no acumulado dos meses de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014 foi composto majoritariamente por homens, 72,8%, ou seja, considerando que o saldo no trimestre é negativo, significa dizer que os empregos extintos eram na sua maioria ocupados por homens (Tabela 5).

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, os homens registravam saldo significativamente positivo e as mulheres - negativo. Já em 2011-2012 as mulheres apresentam saldo negativo maior. Comparando os dados do boletim atual com o anterior, e mesmo na comparação dos trimestres apresentados aqui, percebe-se que não há um padrão definido da distribuição das vagas entre homens e mulheres. Há variações entre os anos e entre os dois boletins.

Em relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores que ocuparam as novas vagas, nota-se que, os saldos negativos se concentraram naqueles com ensino médio incompleto em diante; o único saldo positivo fica por conta dos trabalhadores com 6ª a 9ª série do ensino fundamental.

Em comparação com o mesmo trimestre dos anos anteriores, dois fatos chamam atenção: os saldos significativamente positivos dos trabalhadores com ensino médio completo e os saldos negativos

daqueles com ensino superior, que, junto com superior incompleto, são as duas únicas faixas de escolaridade com saldos negativos nos três períodos. Comparando com o boletim anterior, o principal ponto de semelhança é o vulto saldo dos trabalhadores com ensino médio completo.

No que se refere à faixa etária dos trabalhadores, os saldos negativos estão concentrados nos trabalhadores com 25 a 39 anos, e a única faixa etária com saldo positivo é de 17 a 24 anos. Comparando com os períodos anteriores, percebe-se que há muita diferença entre as faixas etárias com maiores saldos positivos e negativos, tornando difícil a identificação de um padrão mais claro nos dados; a única faixa etária que possui um comportamento mais bem definido são os trabalhadores com até 17 anos. Esta situação guarda pouca semelhança à analisada no boletim anterior, com clara concentração nos trabalhadores com até 24 anos.

TABELA 5
Saldo de empregos formais segundo características do trabalhador
APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Características do Trabalhador	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Homens	-3	36	-35
Mulheres	-19	-32	-13
Analfabeto	-1	0	0
Até 5ª Incompleto	-1	1	0
5ª Completo Fundamental	-3	6	0
6ª a 9ª Fundamental	2	1	5
Fundamental Completo	-29	-5	0
Médio Incompleto	2	-17	-13
Médio Completo	49	41	-13
Superior Incompleto	-12	-7	-18
Superior Completo	-29	-16	-9
Até 17	13	13	14
18 a 24	-24	-9	17
25 a 29	-14	8	-26
30 a 39	-2	14	-31
40 a 49	19	-14	-9
50 a 64	-10	-8	-11
65 ou mais	-4	0	-2
Total	-22	4	-48

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 25/06/2014

Elaboração: DIEESE

Em relação às ocupações com maior participação no saldo positivo, chama atenção o saldo de *Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo* com saldo de 11 empregos formais. As demais famílias ocupacionais com saldo entre os dez maiores, possuem valores bastante semelhantes, variando de um máximo de sete a um mínimo de três. Cabe notar ainda que dentre as seis famílias ocupacionais com maior saldo, três são específicas do setor.

Por outro lado, em relação às dez famílias com maior saldo negativo, *Profissionais de jornalismo* lideram a lista, com saldo negativo igual a -16. As demais famílias ocupacionais, assim como para as famílias com os maiores saldos, também apresentam saldos semelhantes, porém com variabilidade pouco maior (Tabela 6). Chama ainda atenção, o valor elevado da soma dos dez maiores saldos positivos (56) e negativos (-68), e a pequena diferença entre ambos, se comparada com o saldo negativo total (-48). Ou seja, parte importante do saldo negativo está em famílias com pequenos saldos (majoritariamente -1 e -2).

Quando comparado o trimestre com os mesmos trimestres dos anos anteriores, percebem-se grandes diferenças quanto às famílias ocupacionais com maiores saldos positivos, com algumas apresentando inclusive saldos negativos. Já em relação às famílias com maiores saldos negativos, as diferenças são menores. As principais diferenças se dão na magnitude dos saldos, e não no sinal.

Comparando com o boletim anterior, algumas diferenças são patentes. Algumas famílias mudaram significativamente seus desempenhos como *Profissionais de Jornalismo, Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos e Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)*. Outras atividades que estavam presentes no boletim não aparecem neste.

TABELA 6
Saldo das famílias ocupacionais ⁽¹⁾ com maior e menor saldo de vagas
APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Família Ocupacional	2011-2012	2012-2013	2013-2014	
Maiores saldos Positivos	Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo	-1	-3	11
	Produtores de Espetáculos	-2	-3	7
	Porteiros, Guardas e Vigias	2	-3	7
	Técnicos em Programação	-1	-2	6
	Recepcionistas	6	-1	6
	Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	2	17	6
	Mecânicos de Manutenção de Veículos Automotores	0	5	4
	Secretarios Executivos e Bilingues	1	-1	3
	Técnicos em Eletrônica	4	1	3
	Tratadores Polivalentes de Animais	-2	6	3
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo positivo	9	16	56	
Maiores saldos negativos	Profissionais do Jornalismo	-22	-4	-16
	Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	-16	-8	-10
	Gerentes Administrativos, Financeiros e de Riscos	-2	-3	-8
	Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	-14	10	-8
	Locutores, Comentaristas e Repórteres de Rádio e Televisão	-11	6	-6
	Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	6	2	-5
	Técnicos em Operação de Aparelhos de Sonorização	9	1	-4
	Montadores de Máquinas Pesadas e Equipamentos Agrícolas	2	-1	-4
	Mecânicos de Manutenção de Máquinas Industriais	-7	-9	-4
	Motoristas de Veículos de Pequeno e Médio Porte	3	4	-3
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo negativo	-52	-2	-68	
Saldo das demais Famílias ocupacionais	21	-10	-36	
Total	-22	4	-48	

Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 27/05/2014

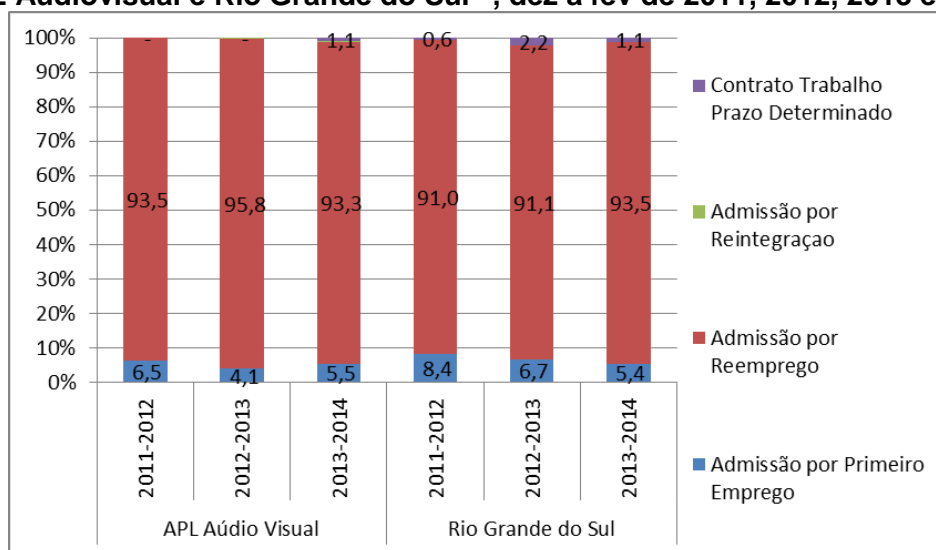
Elaboração: DIEESE

(1) Para obter a descrição das atividades desenvolvidas pelas Famílias ocupacionais, e a formação e experiência exigida conforme Código Brasileiro de Ocupações, ver o Glossário de Famílias Ocupacionais ao final deste relatório.

Tratando agora das movimentações, tem-se que, do total de admissões do período, Admissão por primeiro emprego e Admissão por reemprego representam praticamente a totalidade das admissões (das 568 admissões ocorridas, apenas sete foram de outros tipos). Os admitidos por Reemprego representam no período analisado 93,3% das contratações no APL, enquanto as admissões por Primeiro emprego totalizaram 5,5%.

Em comparação com as admissões ocorridas no estado no mesmo período (naquelas atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que o compõem), verifica-se basicamente a mesma participação relativa de cada um dos tipos de admissão nas admissões totais, com a participação das admissões por primeiro emprego ligeiramente superior à do APL. Estas participações relativas se mantiveram, em grande medida, para os anos anteriores, tanto para o APL quanto para o Rio Grande do Sul, fato que chama atenção, pois, indica poucas oportunidades de trabalho àqueles sem experiência registrada em carteira. Cabe por último ressaltar que a situação analisada neste boletim é em grande parte semelhante à do boletim anterior, sendo a principal diferença constante no boletim atual a participação das admissões por primeiro emprego, que é menor.

GRÁFICO 2
Distribuição das admissões segundo o tipo (%)
APL Audiovisual e Rio Grande do Sul⁽¹⁾, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 27/05/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

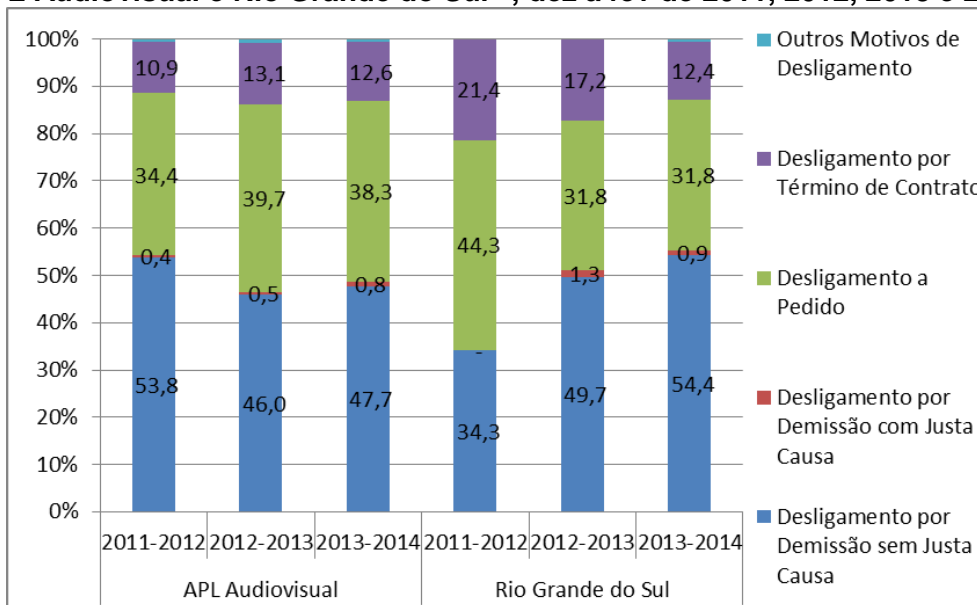
No que se referem aos desligamentos no APL, três tipos representam basicamente a totalidade. Os desligados por Demissão sem justa causa respondem por 47,8% em 2013, seguido por Desligamento a pedido (38,3%) e Desligamento por término de contrato (12,6%). Comparando com as mesmas atividades do APL no Estado, exclusive os municípios do APL, percebe-se pouca diferença, que se

deve à menor participação dos Desligamentos a pedido, contrapartida da maior participação das demissões sem justa causa.

Em relação à comparação do trimestre com o mesmo trimestre dos anos anteriores, percebe-se que, para o APL, 2011-2012 foi o ano com a maior proporção de demissões sem justa causa (53,9%). A diminuição desta modalidade de desligamento foi compensada em parte pelo aumento dos desligamentos a pedido e por término de contrato (Gráfico 3). Já para o Rio Grande do Sul, a tendência é oposta, com aumento das demissões sem justa causa.

Em relação ao boletim anterior, há poucas diferenças dignas de nota, quais sejam, a pequena diminuição dos desligamentos por demissão sem justa causa no APL, e o aumento destes no Estado.

GRÁFICO 3
Distribuição dos desligamentos segundo o tipo de desligamento (em%)
APL Audiovisual e Rio Grande do Sul⁽¹⁾, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/05/2014

Elaboração: DIEESE

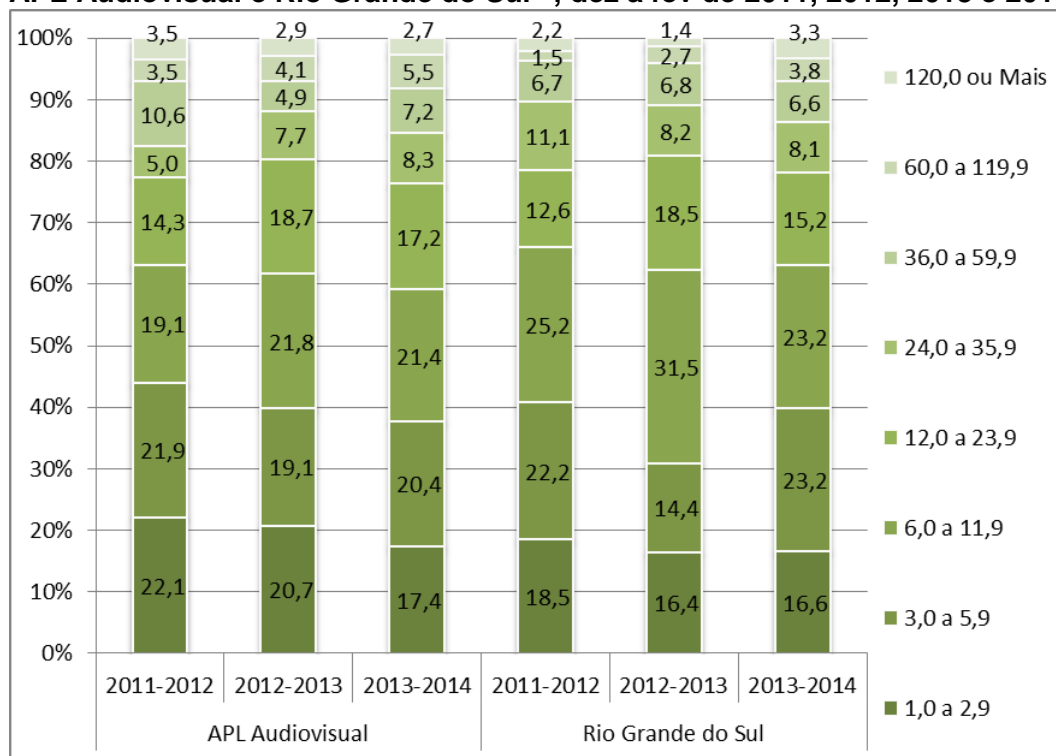
(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

No APL Audiovisual 59,2% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 37,8% não ultrapassaram 6 meses e 17,4% deles foram desligados antes de completar 3 meses de trabalho, ou seja, muito provavelmente ainda em período de experiência (Gráfico 4).

Com relação aos dados para as mesmas atividades econômicas que compõem o APL nos demais municípios do Estado do Rio Grande do Sul, observa-se situação bastante semelhante, com o estado apresentando tempo de permanência no emprego ligeiramente menor.

Em comparação com o mesmo período dos anos anteriores, observam-se, para o APL, pequenas mudanças, já que estes anos também registraram um contingente importante de trabalhadores com desligamentos com até um ano de trabalho (em torno de 62%). Contudo, percebe-se um pequeno aumento no tempo de permanência, dado que em 2011-2012 63,1% dos trabalhadores saíram do emprego com menos de um ano. Em relação ao boletim anterior, há poucas diferenças, à exceção de 2012, quando o estado apresentou tempo de permanência dos trabalhadores superior à do APL.

GRÁFICO 4
Distribuição dos desligamentos segundo o tempo de permanência no emprego (em %)
APL Audiovisual e Rio Grande do Sul⁽¹⁾, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/05/2014

Elaboração: DIEESE

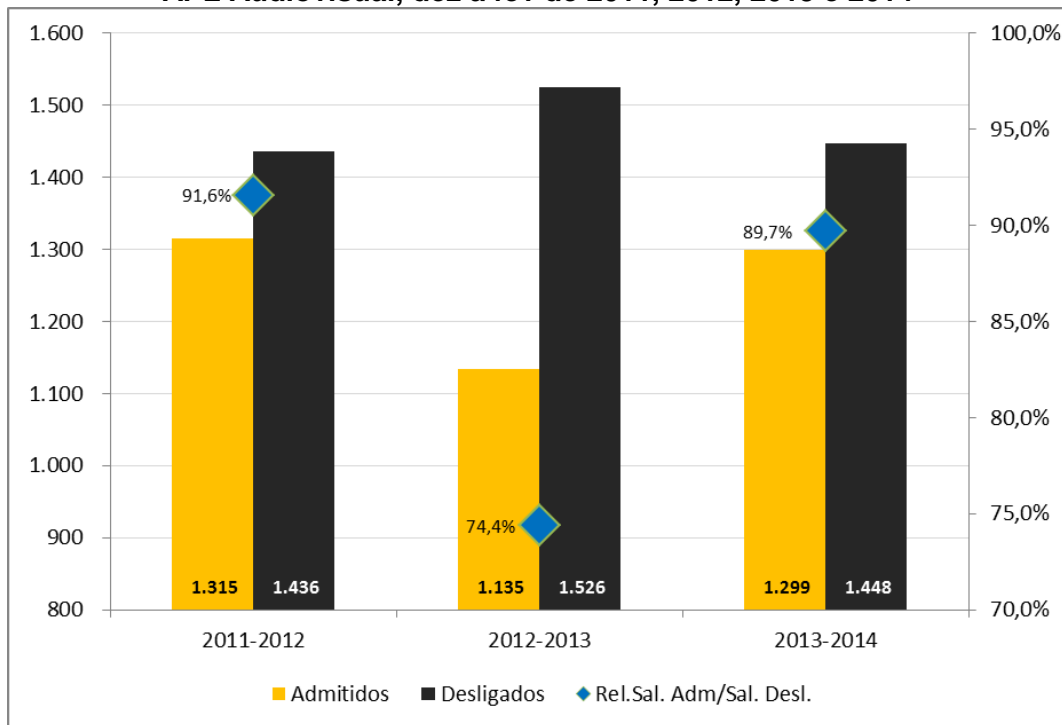
(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

No que tange aos salários médios pagos, verifica-se que os trabalhadores desligados possuem salário médio superior à dos trabalhadores admitidos no APL Audiovisual. No período em análise o salário médio dos desligados foi de R\$1.448 e o dos admitidos R\$1.299, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 89,7% do salário médio do trabalhador desligado.

Chama atenção a grande oscilação nos salários reais médios pagos no APL, tanto dos admitidos quanto dos desligados. Interessante notar que a variação dos salários dos admitidos e desligados ocorreu inversamente, nos anos que um aumentou, o outro diminuiu, exceto pelos admitidos que no trimestre de 2012 para 2013 registrou estabilidade no salário médio (Gráfico 5).

Em relação ao boletim anterior, cabe notar a grande diferença em relação à evolução do salário dos admitidos, que reduziu continuamente. Já a oscilação dos salários dos desligados foi semelhante, guardada as proporções.

GRÁFICO 5
Salário médio de admissão e de desligamento (em R\$)⁽¹⁾ e razão entre ambos
APL Audiovisual, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

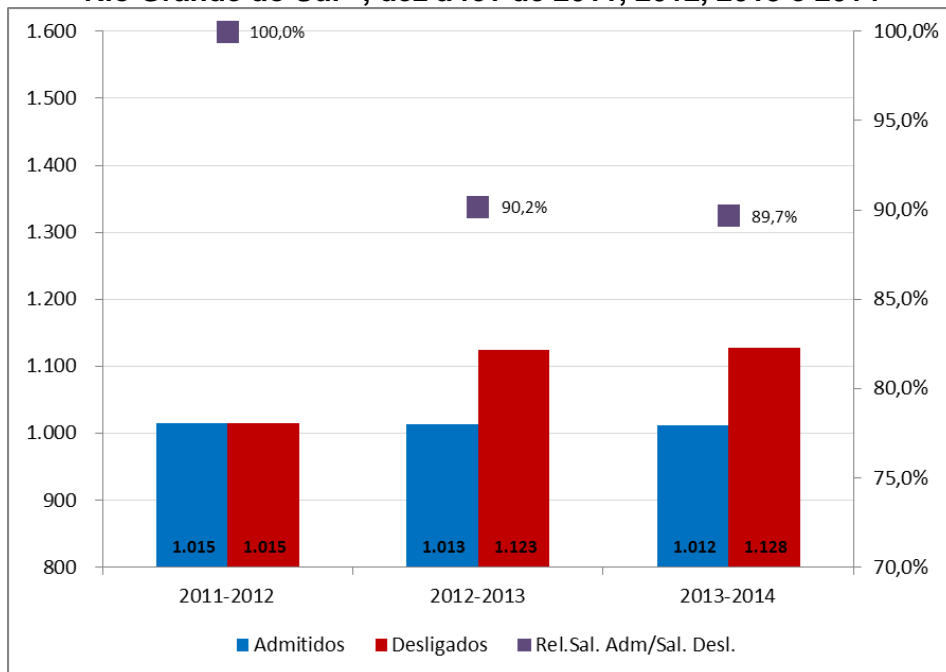


Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/05/2014
 Elaboração: DIEESE
 (1) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de fevereiro de 2014

Naquelas mesmas atividades econômicas do APL no estado do Rio Grande do Sul (exceto os municípios do APL) observa-se que, a média salarial dos admitidos para 2013 foi igual a R\$1.012 e o dos desligados R\$1.128, fazendo com que a razão entre ambos seja de 89,7%. Em relação à evolução dos salários, percebe-se que para os admitidos basicamente não houve variação real (em 2011-2012 era igual a R\$1.015 e em 2013-2014 R\$1.012). Já para os desligados, o aumento real se concentra entre 2011-2012 e 2012-2013, quando passa de R\$1.015 para R\$1.123. Sendo assim, a razão dos salários de admissão/desligamento que em 2011 correspondia a 100,0%, chega a 89,7% em 2013 (Gráfico 6).

GRÁFICO 6

Salário médio de admissão e de desligamento (em R\$)⁽¹⁾ e razão entre ambos Rio Grande do Sul⁽²⁾, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 27/05/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de fevereiro de 2014

(2) Considerando apenas as atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que compõem o APL.

2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS⁷ NO APL AUDIOVISUAL

Atualmente, o APL Audiovisual conta com um total de 323 Microempreendedores Individuais, com grande concentração em Porto Alegre, que conta com 63,5% do total de MEIs das atividades específicas do APL. Para os demais municípios, a participação é bastante semelhante, variando do máximo de 9,6% (Caxias do Sul) à 0,9% (Viamão). Em relação à participação dos MEIs que desempenham atividades do APL no total de MEIs do município, chama atenção a baixa relevância do APL. Todos os municípios apresentam participação semelhante, sendo a participação média igual a 0,2% (Tabela 7).

TABELA 7
Microempreendedores Individuais segundo municípios do APL
APL Audiovisual, 2014

Município	Microempreendedores Individuais - Total [A]	Microempreendedores Individuais - APL [B]	Participação dos municípios no total (%) - APL	Participação do APL no total (%) [B/A]
Alvorada	4.694	8	2,5	0,2
Canoas	7.248	13	4,1	0,2
Caxias do Sul	12.237	31	9,7	0,3
Gravataí	6.318	17	5,3	0,3
Novo Hamburgo	6.343	0	0,0	0,0
Pelotas	7.125	15	4,7	0,2
Porto Alegre	30.146	205	64,5	0,7
Santa Maria	6.615	15	4,7	0,2
São Leopoldo	4.812	11	3,5	0,2
Viamão	5.647	3	0,9	0,1
Total	91.185	318	100,0	0,3

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 06/05/2014
Elaboração: DIEESE.

Entre as oito atividades econômicas que compõem o APL apenas duas apresentaram Microempreendedores (Tabela 8). Estas são *Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão* com 275 registros (85,1% do total de MEIs do APL) e *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente* com 48 (14,9%). Comparando com o boletim anterior, com dados do mês de março, quando foram registrados 298 MEIs, percebe-se um crescimento de 8,4%. Já as participações relativas dos municípios e atividades econômicas pouco se alteraram.

⁷ Os totais de MEI inclui MEIs que formalizaram seu registro por meio do Portal do Empreendedor que formam a grande maioria, somados, aos empresários Individuais Microempresas (ME) que fizeram a opção, no Portal do Simples Nacional, de converter seus registros em Microempreendedores Individuais.

TABELA 8
Microempreendedores Individuais segundo atividades econômicas do APL
APL Audiovisual, 2014

Atividade econômica	Microempreendedores Individuais - Total	Participação no total (%)
Atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão	0	0,0
Atividades de pós-produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão	275	85,1
Distribuição cinematográfica de vídeo e de programas de televisão	0	0,0
Atividades de exibição cinematográfica	0	0,0
Atividades de gravação de som e de edição de música	0	0,0
Atividades de televisão aberta	0	0,0
Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	0	0,0
Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	48	14,9
Total	323	100,0

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 11/03/2014
 Elaboração: DIEESE.

O presente estudo buscou realizar uma análise conjuntural do mercado de trabalho do APL Audiovisual. Tal análise foi separada em dois grupos: (1) evolução comparativa dos saldos do emprego composto também pelas características dos trabalhadores e das vagas e (2) análise dos Microempreendedores Individuais no APL. De cada um pode-se ressaltar alguns pontos de maior relevância.

Nas análises pertinentes à composição dos saldos de empregos no período de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014 em comparação com o mesmo período dos dois anos imediatamente anteriores, pode-se concluir que há grande oscilação na variação dos saldos, além destes serem majoritariamente negativos. Comportamento bastante diverso do observado para o mercado de trabalho brasileiro e gaúcho no período, considerando somente as atividades desenvolvidas no APL, excluindo os municípios deste.

Dentre os municípios que compõem o APL, Caxias do Sul foi o que se destacou pela contribuição positiva de 21 postos, e Porto Alegre pela contribuição negativa com -37 no período analisado. Entre as atividades econômicas não houve nenhum destaque positivo, o maior saldo foi um. Já nos saldos negativos se destacam *Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão* (-16), *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente* (-14) e *Atividades de exibição cinematográfica* (-13). Outro indicador que ajuda a entender a conjuntura do mercado de trabalho formal no APL é a distribuição do emprego em relação ao tamanho dos estabelecimentos. No APL Audiovisual, a participação do emprego em estabelecimentos com até 4 vínculos de trabalho se destacou no trimestre e também no mesmo trimestre dos anos anteriores, mas em 2013-2014 o maior destaque positivo foi dos estabelecimentos com 100 a 249 vínculos.

Em relação aos atributos dos trabalhadores viu-se que a maior parte dos saldos, ou seja, da extinção de empregos, foram de vagas que eram ocupadas por homens, -35 de um total de -48. Em relação à escolaridade dos trabalhadores, aqueles com Ensino Médio incompleto e faixas de escolaridades superiores apresentaram os menores saldos, com destaque para Superior incompleto, ou seja foram os mais afetados pelo desempenho negativo do trimestre. Quanto à faixa etária dos trabalhadores, os saldos do período revelaram que há uma concentração de saldos positivos para os jovens com até 24 anos. Já os trabalhadores com 25 a 39 anos foram responsáveis pelos maiores saldos negativos.

Entre as famílias ocupacionais com maior saldo positivo, destacaram-se os *Técnicos em operação de sistemas de televisão e de produtoras de vídeo* com saldo igual a 11, e, as demais famílias com saldo

positivo apresentaram saldos semelhantes. Em relação aos maiores saldos negativos cabe destacar *Profissionais do jornalismo* (-16), o restante das famílias também apresenta saldos semelhantes. Interessante notar, inclusive, que os saldos negativos se encontram pulverizados em diversas famílias com saldos pequenos.

Quando se analisa a movimentação do trabalhador no APL Audiovisual, pode-se perceber, do ponto de vista das admissões, que a maior parte delas ocorreu por Reemprego, que representam no período analisado 93,3% das contratações no APL, enquanto as admissões por primeiro emprego totalizaram 5,5%. Na análise dos desligamentos verificou-se que predomina a Demissão sem justa causa respondendo por 47,7% dos desligamentos, seguido por Desligamento a pedido (38,3%). Chamou atenção ainda que 61,6% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego.

No trimestre a média salarial mensal dos trabalhadores desligados no APL foi de R\$1.488, e o dos admitidos foi de R\$1.299, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 89,7% do salário médio do trabalhador desligado.

Em relação aos Microempreendedores Individuais, cabe destacar o crescimento de 8,4% no seu total para as atividades do APL, em relação a análise do trimestre imediatamente anterior. Já para a distribuição deles entre municípios, destaca-se a grande concentração em Porto Alegre, com 63,5% do total de MEIs voltados às atividades do APL. Os demais municípios apresentaram participação bastante semelhante no total. Em relação às atividades, os microempreendedores se dividem entre *Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão* com 275 registros (85,1% do total do APL) e *Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente* com 48 (14,9%).

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Plano de implantação da política industrial Desenvolvimento Econômico do RS. Porto Alegre, 2013.

GUERRERO, G.; CONCEIÇÃO, C. **Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul**. Textos para discussão FEE. Porto Alegre: n 12, março de 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011**
Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf>. Acesso em 06/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011**.
Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>>. Acesso em 06/02/2014.

VARGAS, M. **Nota metodológica do Projeto Elementos para o desenvolvimento de uma tipologia de APLs**. Rio de Janeiro: [s.d], Redesist/UFRJ.

Arranjos produtivos locais: aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

Atividade econômica: Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e 'outros'.

Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): É um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification – ISIC*, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização das informações econômicas em âmbito internacional.

Clusters: Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

Família ocupacional: cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

Saldo do emprego: resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do Caged. Indica o emprego efetivamente criado no período.

Variação percentual do estoque de emprego (%): Indica o aumento ou a diminuição do estoque de emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco): Recebem valores de vendas de produtos e serviços; controlam numerários e valores; atendem o público em agência postal na recepção e entregam objetos postais; recebem contas e tributos e processam remessa e pagamento de numerários por meio postal; vendem bilhetes e ingressos em locais de diversão; processam a arrecadação de prestação de serviço nas estradas de rodagem; vendem bilhetes no transporte urbano e interurbano; fazem reserva e emissão de passagens aéreas e terrestres; prestam informações ao público, tais como itinerários, horários, preços, locais, duração de espetáculos, viagens, promoções e eventos, etc. Preenchem formulários e relatórios administrativos. Formação e Experiência: As ocupações dessa família requerem formação inicial equivalente ao ensino fundamental completo para o operador de caixa, ensino médio incompleto para o bilheteiro no serviço de diversão e ensino médio completo para os demais. É na prática, exercitando o trabalho, que o trabalhador completará sua formação. Em algumas ocupações é difícil encontrar um profissional com mais de cinco anos de experiência, como, por exemplo, os bilheteiros no serviço de diversão, onde a mão-de-obra empregada é predominantemente de jovens em seu primeiro emprego, o que implica em altas taxas de rotatividade.

Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional.

Locutores, Comentaristas e Repórteres de Rádio e Televisão: Apresentam programas de rádio e televisão, ancorando programas, nos quais interpretam o conteúdo da apresentação, noticiam fatos, leem textos no ar, redigem a notícia, narram eventos esportivos e culturais, tecem comentários sobre os mesmos e fazem a locução de anúncios publicitários; entrevistam pessoas; anunciam programação; preparam conteúdo para apresentação, pautando o texto, checando as informações, adaptando-se aos padrões da emissora e do público alvo; atuam em rádio, televisão e eventos, bem como em mídias alternativas como cinema e internet. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer curso superior, sendo atualmente, a locução de rádio e TV, principalmente de programas jornalísticos, uma atividade desempenhada por profissionais com formação em Jornalismo. No caso específico de locutores, apenas os profissionais com formação em Jornalismo podem redigir e comentar a notícia, em função da legislação e regulamentação da profissão. Portanto, os locutores sem formação em Jornalismo foram sendo gradualmente substituídos nos noticiários de rádio e TV. No caso dos Comentaristas esportivos, não é obrigatória a formação em Jornalismo, sendo frequente ex-jogadores e técnicos comentarem os eventos. Quando necessário também se habilitam como radialistas, fazendo cursos de locução de até duzentas horas/ aula ou de radialista em nível técnico e superior. Varia de um a dois anos a experiência profissional para os locutores e narradores de rádio e televisão, de quatro a cinco anos para o locutor publicitário de rádio e TV e mais de cinco para o comentarista e âncora de rádio e TV para o pleno desempenho das atividades.

Mecânicos de Manutenção de Máquinas Industriais: Realizam manutenção em componentes, equipamentos e máquinas industriais; planejam atividades de manutenção; avaliam condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos; lubrificam máquinas, componentes e ferramentas. Documentam informações técnicas; realizam ações de qualidade e preservação ambiental e trabalham de acordo com normas de segurança. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer escolaridade de ensino médio, acrescida de cursos básicos de qualificação, com mais de quatrocentas horas/aula. O exercício pleno das atividades ocorre após um período de quatro a cinco anos de experiência profissional.

Mecânicos de Manutenção de Veículos Automotores: Elaboram planos de manutenção; realizam manutenções de motores, sistemas e partes de veículos automotores. Substituem peças, reparam e testam desempenho de componentes e sistemas de veículos. Trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente. Formação e

Experiência: Para o exercício dessas atividades requer-se ensino fundamental completo e curso profissionalizante em mecânica de manutenção de veículos automotores superior a quatrocentas horas/aula e cursos básicos de noções de eletricidade e eletrônica. O pleno exercício das atividades ocorre após três ou quatro anos de experiência profissional.

Montadores de Maquinas Pesadas e Equipamentos Agrícolas: Montam máquinas agrícolas, de terraplenagem e perfuratrizes, inspecionando e fixando peças e conjuntos mecânicos e abastecendo sistemas hidráulicos, de arrefecimento e de lubrificação. Montam equipamentos de levantamento, movimentação e descarga, avaliando condições de locais para instalações, realizando terraplanagem para instalação e montagem, montando e alinhando bases e rampas de plataformas de descarga. Montam equipamentos de extração e beneficiamento de minérios e rochas, tais como alimentadores, peneiras, transportadores de correia e esteira e britadores, entre outros. Instalam equipamentos hidráulicos, pneumáticos, eletroeletrônicos, mecânicos e de ar-condicionado. Ajustam componentes mecânicos, hidráulicos e pneumáticos. Realizam testes em sistemas e componentes. Formação e Experiência: O acesso a essas ocupações ocorre após formação do ensino médio, acrescido de um curso profissionalizante superior a quatrocentas horas/aula, preferencialmente voltado à montagem de máquinas pesadas e ou equipamentos agrícolas oferecidos em centros de treinamento da própria empresa ou em escolas especializadas. Somente após quatro anos de prática profissional é que o trabalhador atinge o desempenho total das atividades.

Motoristas de Veículos de Pequeno e Médio Porte: Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se a quarta série do ensino fundamental. Requer-se também curso básico de qualificação profissional com até duzentas horas/aula, especificamente para o motorista de táxi e o motorista de furgão ou veículo similar. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional para o motorista de furgão ou veículo similar, e entre quatro e cinco anos para o motorista de carro de passeio.

Porteiros, Guardas e Vigias: Zelam pela guarda do patrimônio e exercem a vigilância de fábricas, armazéns, residências, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlam fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebem hóspedes em hotéis; escoltam pessoas e mercadorias; fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Formação e Experiência: O acesso a essas ocupações requer ensino fundamental. Os hotéis e as empresas de vigilância oferecem treinamentos ou recrutam os trabalhadores no mercado de trabalho e em instituições de formação profissional.

Produtores de Espetáculos: Implementam projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia. Para tanto criam propostas, realizam a pré-produção e finalização dos projetos, gerindo os recursos financeiros disponíveis para o mesmo. Formação e Experiência: Essas ocupações não demandam nível de escolaridade determinado para seu desempenho, sendo possível que sua aprendizagem ocorra na prática. Seguindo a tendência de profissionalização que vem ocorrendo na área das artes, contudo, pode-se afirmar que, cada vez mais será desejável que os profissionais apresentem escolaridade de nível superior.

Profissionais do Jornalismo: Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer formação em jornalismo.

Receptionistas: Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos; marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes; averigüam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares; observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas; fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano. Formação e Experiência: Essas ocupações requerem o ensino médio completo, exceto o recepcionista de hotel que tem como pré-requisito o ensino superior incompleto. É desejável curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional para o recepcionista, em geral.

Secretários Executivos e Bilíngues: Assessoram os executivos no desempenho de suas funções, gerenciando informações, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos. Coordenam e controlam equipes (pessoas que prestam serviços a secretária: auxiliares de secretária, office-boys, copeiras, motoristas) e atividades; controlam documentos e correspondências. Atendem clientes externos e internos; organizam eventos e viagens e prestam serviços em idiomas estrangeiros. Podem cuidar da agenda pessoal dos executivos. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer curso superior em secretariado e áreas afins. Para as secretárias bilíngue e trilingue é fundamental fluência em dois ou três idiomas estrangeiros. O pleno desenvolvimento das atividades ocorre após dois ou três anos de experiência.

Técnicos em Eletrônica: Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos. Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos. Formação e Experiência: Para ingressar nessas ocupações é necessário que os profissionais tenham registro no crea e formação técnica de nível médio em eletrônica ou em áreas afins, como mecatrônica, eletroeletrônica, eletromecânica ou técnico em manutenção eletrônica e manutenção de equipamentos de informática. É desejável possuir curso de especialização complementar ou de atualização com duração superior a quatrocentas horas/aula. A atuação como técnico titular ocorre normalmente com três a cinco anos de experiência, dependendo da área de atuação.

Técnicos em Operação de Aparelhos de Sonorização: Configuram, operam e monitoram sistemas de sonorização e gravação; editam, misturam, pré-masterizam e restauram registros sonoros de discos, fitas, vídeo, filmes, etc. Criam projetos de sistemas de sonorização e gravação. Preparam, instalam e desinstalam equipamentos de áudio e acessórios. Formação e Experiência: Requer-se formação pós-secundária e cursos de especialização para projetista de sistema de áudio e desenhista de som, ou prática equivalente, formação de nível médio e especialização de até quatrocentas horas/aula para os demais profissionais. Os requisitos de escolaridade de microfonista e técnico de instalação podem ser menores. O pleno desempenho das atividades dos técnicos de gravação de áudio ocorre após um ou dois anos; a dos projetistas de áudio e dos desenhistas de som, após cinco anos de experiência.

Técnicos em Operação de Sistemas de Televisão e de Produtoras de Vídeo: Coordenam atividades de operação de sistemas de televisão e produtoras de vídeo, nas fases de planejamento e execução, gerenciando recursos humanos, financeiros e uso dos equipamentos. Produzem eventos externos, manipulam áudio e vídeo; dirigem e capturam imagens, bem como realizam atividades de tratamento de áudio. Inserem caracteres, créditos e artes nos produtos gravados. Preparam estúdio de TV e produtoras de vídeo e executam roteiro de programação. Administram tráfego de sinal e monitoram transmissão e recepção de sinais de TV. Formação e experiência: O exercício dessas ocupações requer curso técnico de nível médio na área de rádio e televisão. O desempenho pleno das atividades ocorre com mais de cinco anos de experiência (supervisor técnico), após três

ou quatro anos (técnico em operação de equipamento de exibição de TV e técnico em equipamentos de transmissão-recepção de TV), após um ou dois anos (técnico em operação de equipamento de produção para TV e produtora de vídeo). A complementação da formação técnica ocorre na própria emissora ou empresa, visto que há um estreito relacionamento entre a operação e o tipo de tecnologia dos equipamentos. Nas grandes emissoras há um grau de especialização mais acentuado que nas emissoras menores.

Técnicos em Programação: Desenvolvem sistemas e aplicações, determinando interface gráfica, critérios ergonômicos de navegação, montagem da estrutura de banco de dados e codificação de programas; projetam, implantam e realizam manutenção de sistemas e aplicações; selecionam recursos de trabalho, tais como metodologias de desenvolvimento de sistemas, linguagem de programação e ferramentas de desenvolvimento. Planejam etapas e ações de trabalho. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino técnico de nível médio de informática ou superior incompleto em áreas como ciências exatas, informática, engenharia. A atualização profissional permanente é condição para o seu exercício. O desempenho pleno das atividades do programador de máquinas-ferramentas com comando numérico requer de três a quatro anos de experiência. As demais ocupações, de um a dois anos.

Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias: Preparam cargas e descargas de mercadorias; movimentam mercadorias em navios, aeronaves, caminhões e vagões; entregam e coletam encomendas; manuseiam cargas especiais; reparam embalagens danificadas e controlam a qualidade dos serviços prestados. Operam equipamentos de carga e descarga; conectam tubulações às instalações de embarque de cargas; estabelecem comunicação, emitindo, recebendo e verificando mensagens, notificando e solicitando informações, autorizações e orientações de transporte, embarque e desembarque de mercadorias. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações não se requer nenhuma escolaridade e cursos de qualificação. O tempo de experiência exigido para o desempenho pleno da função é de menos de um ano.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Tratadores Polivalentes de Animais: Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais da pecuária. Condicionam e adestram animais. Sob orientação de veterinários e técnicos, tratam sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas, higienizam animais e recintos; aplicam técnicas de inseminação e castração. Realizam atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necropsias e sacrifícios de animais. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se, no mínimo, a quarta série do ensino fundamental, mais curso profissionalizante de duzentas horas/aula (adestradores e inseminadores de animais) e cursos eventuais (para as demais ocupações), oferecidos pelas associações, cooperativas, órgãos governamentais de apoio à agropecuária e à extensão rural e instituições de formação profissional. O desempenho pleno das atividades requer de um a dois anos de experiência.

ANEXOS

ANEXO 1**Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõem o APL do Setor Audiovisual do estado do Rio Grande do Sul**

DESCRIÇÃO DAS CLASSES DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, SEGUNDO AS CNAES 2.0, CONTEMPLADAS NO APL DO SETOR AUDIOVISUAL:

Classe	Descrição
5911-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
5912-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
5913-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão
5914-6	Atividades de exibição cinematográfica
5920-1	Atividades de gravação de som e de edição de música
6021-7	Atividades de televisão aberta
6022-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura
7739-0	Aluguem de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente

DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL AUDIOVISUAL:

Alvorada, Canos, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão.

Fonte: AGDI

Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1351259428_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Audiovisual.pdf